

X Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Escuela de Historia de la Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional del Rosario. Departamento de Historia de la Facultad de Ciencias de la Educación, Universidad Nacional del Litoral, Rosario, 2005.

Trabajo asociado y educación en el Movimiento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Candido G. VIEITEZ y Neusa M. DAL RI.

Cita:

Candido G. VIEITEZ y Neusa M. DAL RI (2005). *Trabajo asociado y educación en el Movimiento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). X Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Escuela de Historia de la Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional del Rosario. Departamento de Historia de la Facultad de Ciencias de la Educación, Universidad Nacional del Litoral, Rosario.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-006/108>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Xº JORNADAS INTERESCUELAS / DEPARTAMENTOS DE HISTORIA

Rosario, 20 al 23 de septiembre de 2005

Título: **Trabajo asociado y educación en el *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (MST)**

Mesa Temática: “**AMÉRICA LATINA Y LA CRISIS ACTUAL: UNA REALIDAD Y UN DEBATE**”

Pertenencia institucional: Universidade Estadual Paulista (UNESP-Marília, SP, Brasil), Faculdade de Filosofia e Ciências.

Autores: **VIEITEZ, Candido G.**

DAL RI, Neusa M.

vieitez@cebinet.com.br

Introdução

O MST é um dos movimentos políticos mais importantes no Brasil. Em 2003, o Movimento envolvia cerca de um milhão de pessoas, contava com 116.382 acampamentos e mais de 100 mil assentamentos.

O MST desenvolve atividade educacional expressiva. No ano de 2003, tinha cerca de 1.800 escolas de ensino fundamental e 3.800 educadores. Há 160 mil crianças e adolescentes freqüentando essas escolas em acampamentos e assentamentos. Congrega 3.000 educadores de alfabetização de jovens e adultos e 30.000 alfabetizando que freqüentam os cursos (MST, 2003). Recentemente, criou, em São Paulo, a Universidade Florestan Fernandes, a primeira universidade popular do país.

Este artigo apresenta parte das conclusões de trabalho de pesquisa referente ao MST, baseada em estudo empírico de duas escolas, uma cooperativa de produção agropecuária e a literatura disponível acerca da temática.

Trata-se da Cooperativa de Produção Agropecuária Cooperunião que está situada no Assentamento do MST denominado Conquista na Fronteira, no município Dionísio Cerqueira, Santa Catarina, Brasil; da Escola de Ensino Fundamental pública, de 1ª. à 4ª. séries, denominada Construindo o Caminho (ECC), localizada no assentamento; e do Instituto de Educação Josué de

Castro (IEJC), de ensino médio, localizado na cidade de Veranópolis, Rio Grande do Sul, cuja mantenedora é a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab). A Cooperunião detém 1200 hectares e congrega cerca de 60 famílias. No final do ano de 2002, a ECC atendia 30 alunos basicamente do assentamento. O IEJC constitui-se como uma escola de educação média e profissional e possuía 7 cursos.

O objetivo principal da investigação foi a crítica da pedagogia oficial e o estudo de alternativas direcionadas para a democratização do ensino. Nesse sentido, o MST foi escolhido como objeto de estudo porque desenvolve proposta educacional específica, apresentada por ele próprio como práxis educacional alternativa à educação oficial.

Nesta pesquisa nos propomos a responder uma pergunta básica e uma questão investigativa subsidiária: qual o fator ou fatores que são determinantes das ações educativas do MST? Essa experiência educativa pode ser utilizada pelo movimento democrático dos trabalhadores?

Sustentamos que o modo de apropriação do excedente econômico inerente ao trabalho associado (TA), assim como a luta de classes que vem sendo travada pelo MST na atual quadra histórica, determina sua práxis educacional. Quanto à segunda questão a resposta é afirmativa, pois, como veremos, a educação do MST é uma educação de orientação democrática.

Há um vínculo muito forte, quase orgânico, entre as estruturas econômicas propiciadoras de certo modo de apropriação do excedente econômico produzido e as atividades educativas. Esta característica pode suscitar a interpretação de que entre as atividades econômicas engendradas e as atividades educativas há uma derivação causal imediata e, portanto, uma correspondência direta e mecânica. Mas isso é verdadeiro apenas em parte. O caráter primordial das relações de produção material na composição das determinações educacionais é real. Contudo, essa composição envolve escolhas dentre alternativas históricas possíveis, adoção de certas teorias, presença de ideologias, vontade política e outros fatores objetivos e subjetivos.

Essas disjuntivas são patentes. As atividades educativas encetadas pelo Movimento encontram-se variavelmente ajustadas a certos setores e dimensões de sua *economia*, mas ao mesmo tempo em franca contradição com outros setores dessa mesma *economia*. Como é isto possível? É possível

porque a educação do MST não é simples reverberação do conjunto de suas atividades econômicas. O MST é realista quanto às necessidades de educação demandadas pela organização do trabalho sob sua égide e se esforça para contemplar essas necessidades. Não obstante, o foco central de sua abordagem pedagógica deriva sobretudo de seu projeto político de transformação da sociedade brasileira. Entretanto, esse projeto não entende a reorganização do trabalho, inclusive o pedagógico, como algo futuro. Ao contrário, essa reorganização é algo que o MST promove e, de fato, já está em curso. Com isto, a educação no MST é decorrência tanto de um projeto social visionário quanto de relações de produção reais diferenciadas, ainda que embrionárias e experimentais. De qualquer modo, cabe considerar que também as estruturas econômicas implementadas contemplam dimensões estratégicas do projeto social enunciado.

Projeto político e trabalho associado

As atividades educativas surgiram no MST logo após a sua formação. O primeiro impulso educativo decorreu da necessidade de garantir a alfabetização das crianças nos acampamentos. Entretanto, o modo de apropriação do excedente econômico é que preside essa atividade. Por quê? Porque o objetivo primeiro e fundamental é engendrar uma reestruturação imediata do modo pelo qual é apropriado o excedente econômico gerado pelo trabalho. Seguindo-se à atividade educacional supletiva, sobreveio a necessidade de preparar as pessoas politicamente para o Movimento. Finalmente, quando o MST chegou à fórmula do TA, ou seja, ao modo de apropriação do excedente econômico considerado mais adequado para dar continuidade ao Movimento, são também as determinações afetas a esse modo que passam a ter um lugar estratégico em suas concepções educacionais. Em termos mediatos, o objetivo é a transformação integral da atual sociedade e, em termos imediatos, a reestruturação das relações de produção no campo. Deste modo, a educação proposta cumpre dois objetivos fundamentais: 1) dar suporte ao funcionamento e desenvolvimento das cooperativas de produção agropecuárias (CPAs); 2) como objetivo indissociável desse primeiro, municiar a continuidade da luta pela

transformação radical do modo de apropriação vigente na sociedade, o que é indissociável da manutenção e desenvolvimento do próprio MST.

Vejamos, pois, o que há de primordial nas CPAs que são organizações de trabalho associado (VIEITEZ; DAL RI, 2001). O propósito é ressaltar os aspectos da organização do trabalho associado (OTA), os quais, por se encontrarem em contradição com a educação oficial, ao menos com importante parte dela, demandam um novo tipo: a educação de orientação democrática.

Atualmente, o mercado de trabalho apresenta um conjunto de determinantes que estão impulsionando os trabalhadores à criação de organizações econômicas alternativas e em especial aquelas de TA. Este fenômeno é um processo em que trabalhadores buscam tornar os seus trabalhos autônomos – de fato, apenas muito relativamente autônomos – em relação ao capitalismo.

O trabalho autônomo apresenta como substrato básico a recusa à integração plena ou típica na organização capitalista do trabalho. Contudo, a autonomização do trabalho apresenta formas diversas e com virtualidades de integração à ordem também diversa.

No MST o trabalho autônomo surge colado à luta dos trabalhadores rurais pela propriedade familiar da terra. Posteriormente, o Movimento impulsiona vários tipos de cooperativas. E, finalmente, chega à Cooperativa de Produção Agropecuária. Essa forma de organização da produção é ainda incipiente, o que significa que a *economia* do MST segue assentada sobre a base da pequena exploração familiar. Contudo, a CPA, inflexão mais socializada do Sistema Cooperativista do MST, é o norte para seu desenvolvimento econômico, ao menos em suas disposições programáticas, e com evidente repercussão concreta em outras atividades, notadamente na educação.

Destacamos, em seguida, o que há de mais importante e de original nesse tipo de organização do trabalho, observando que dada a incipiência do fenômeno, evidenciamos mais os aspectos lógicos do que os históricos.

As CPAs colocam-se ao abrigo da lei brasileira que rege as cooperativas. No entanto, estas organizações apresentam uma mutação em relação às demais cooperativas de trabalhadores. Esta mutação altera o modo

de apropriação da riqueza e, em dimensões e qualidades variáveis, implica as quatro dimensões da produção *lato sensu* considerada.

O sistema de distribuição constitui uma instância nodal da produção na medida em que introduz elementos de distribuição da riqueza e do poder mais igualitários.

Quanto à riqueza temos três aspectos: relativos à propriedade, às retiradas e às sobras nas unidades de produção. A propriedade passa a ser da cooperativa enquanto associação de trabalhadores e não dos associados individualmente. Do ponto de vista legal esse tipo de propriedade segue o regime de propriedade privada. Porém, em certo sentido encontra-se descaracterizada. Os trabalhadores não podem transmiti-la por herança e, tampouco, detêm qualquer fração do capital incorporado na forma de terrenos, edificações, máquinas, equipamentos, etc. O único capital que detêm e podem disponibilizar em caso de saída da cooperativa é o relativo ao montante de suas cotas que integralizaram no ato de ingresso, o que não guarda relação com a acumulação realizada. O resultado prático deste estatuto é que os cooperados em hipótese alguma podem tornar-se capitalistas no âmbito da cooperativa, tendo que viver necessariamente de seu trabalho. O trabalho, por seu turno, é remunerado por meio de retiradas regulares mensais e por sobras, se houver, que são distribuídas semestral ou anualmente. A distribuição da riqueza é uma dimensão permanente de conflitos e de mudanças de maior ou menor gravidade nas OTAs. Entretanto, nas OTAs mais bem sucedidas do ponto de vista da orientação democrática, a distribuição da riqueza é igualitária ou eqüitativa, ou seja, apresenta um intervalo pequeno entre as retiradas mais baixas e as mais altas.

À distribuição igualitária ou eqüitativa da propriedade ou do excedente econômico corresponde uma distribuição de igual teor dos fatores de poder político. O aspecto distintivo é que o empreendimento é dirigido coletivamente por todos os trabalhadores, e não apenas pela hierarquia ou por um grupo de dirigentes eleitos, o que se dá por meio de várias instâncias mediadoras cujo cume é a assembléia geral da organização.

Nos processos relativos à produção e ao consumo produtivo também há alterações. A divisão fragmentária do trabalho se mantém. Contudo, forma-se a categoria de regulação do trabalho. Com a regulação observamos que a

clássica divisão da empresa, em setores com funções de trabalho manual e intelectual, começa a se desvanecer. Todos os trabalhadores, indistintamente, exercem também as tarefas intelectuais, antes de tudo as relativas à direção geral do empreendimento, mas também as relacionadas aos processos de produção e outros.

Encontramos outra mudança importante na esfera da circulação. O trabalho assalariado neste tipo de OTA encontra-se banido. Dessa forma, a categoria força de trabalho também se encontra banida, porém, nos limites de atuação das OTAs e apenas em parte e, do mesmo modo, encontra-se banido, em correspondência com isto, o mercado de trabalho o qual constitui um dos esteios de funcionamento da sociedade capitalista.

O exposto mostra-nos que estamos em presença de uma mudança significativa no modo em que se distribui a riqueza e o poder em decorrência de várias alterações básicas na unidade de produção, o que é factível de ser avaliado por comparação com a empresa capitalista ou mesmo com as cooperativas de trabalhadores mais tradicionais. Afirmamos, para resumir, que este é o modo *igualitário* ou *eqüitativo* de apropriação da riqueza, característico das organizações de trabalho associado de autogoverno democrático.

As OTAs desse tipo compartilham essa estrutura básica que assinalamos. Porém, as derivações ou integrações passíveis de ocorrerem em função dessas estruturas básicas são diversas. Essas estruturas elementares tanto podem engendrar organizações coletivas mais amplas a partir delas mesmas, quanto podem ser o resultado da ação consciente de outro tipo de organização pré-existente, como se verifica no MST. Em todos os casos temos um resultado comum. Este consiste em que essas estruturas elementares, na medida em que integram uma organização politicamente mais ampla, têm seus potenciais redefinidos em função das características político-ideológicas da organização.

O MST autodenomina-se de movimento, mas, de fato, não corresponde ao que normalmente se entende por isso, pois, apresenta de forma sincrética, características de movimento, de sindicato, de partido político, sem que se enquadre coerentemente em nenhuma dessas categorias.

Desde suas origens, o MST visa promover uma grande alteração nas relações de produção no campo mediante uma reforma agrária que, enquanto

tema social, é anterior à sua existência. A originalidade do Movimento encontra-se em outros aspectos, um deles é o fato de ter decidido assumir a organização da produção. Um segundo aspecto é que o MST concluiu, por experiência, que se não desse início às ocupações de terras, as suas reivindicações seriam inócuas e a reforma agrária não avançaria. Destacamos que esta tática consoma o que os sindicatos, por exemplo, tratam de evitar ainda hoje, ou seja, questionar o controle da produção pela propriedade capitalista. Porém, no contexto deste radicalismo inusitado, a abordagem do MST é prudente. Em geral, as propriedades objetos de suas demandas e ocupações são terras do Estado, as devolutas e os chamados latifúndios improdutivos.

Esse procedimento significa, em última análise, que o MST não questiona a propriedade capitalista *in totum*, e não materializa uma tese de assalto geral ao controle capitalista da produção. Em todo caso, há indícios de que as fronteiras estabelecidas pelo MST, demarcadoras de sua intervenção, se alargam uma vez que, mais recentemente, vêm ocorrendo eventos nos quais propriedades produtivas, do ponto de vista do capital, são questionadas sob a alegação de que causam danos ao meio ambiente. Seja como for, é evidente que a tática de ocupar a terra e reivindicar para si propriedades direta ou indiretamente capitalistas, como as do Estado, significa um ataque explícito ao sacrossanto direito à propriedade privada capitalista, o que é sinônimo de alta conflituosidade e choque com o *establishment*.

O fato fundamental é que a política *belicosa* de ocupação de terra e correlatas, não é plenamente consoante com as tradições vigentes no movimento operário e popular (MOP). Essa é uma política de franca luta social, a qual, ainda que parcialmente, afronta diretamente o monopólio burguês sobre o controle da propriedade. Neste sentido, podemos afirmar metaforicamente que o MST em sua fase atual é um movimento com um núcleo tático - talvez estratégico - de política *marxista*, e que esta se define mais pela ação e na ação do que pelo uso de conceitos e ideologias, embora estes também estejam presentes.

Recordamos, ainda, duas outras características da maior importância que estão presentes na práxis do MST: o autogoverno democrático de trabalhadores e estudantes; e o socialismo.

O MST declara explicitamente que para além da reforma agrária luta pelo socialismo. O socialismo do MST não está determinado no plano conceitual, o que significa que essa é uma visão em aberto, pois a qualificação do termo socialista praticamente resume-se à tese de que a sociedade deverá devir democrática e igualitária. Não obstante a pouca elaboração conceitual, devemos levar em conta que esses termos macro-definidores não são politicamente irrelevantes, mas que denotam determinados substratos teóricos e ideológicos.

O autogoverno democrático dos trabalhadores nos acampamentos, nas CPAs, nas escolas, e em outras instâncias é denominado pelo MST de *gestão democrática*. Supomos, portanto, que as ideologias tiveram aí um papel primordial. Acreditamos que o comunitarismo cristão tenha sido a força impulsora principal na formação dos primeiros empreendimentos coletivos. Tudo indica que assim foi quanto aos empreendimentos coletivos pioneiros. Julgamos, porém, que na formulação das categorias que conduziram à adoção programática do trabalho associado de autogoverno democrático, a influência primordial foi a tradição industrial do MOP, ou seja, as cooperativas de trabalhadores e os conselhos operários, os quais na revolução russa desdobraram-se em conselhos de operários e camponeses (*soviets*).

A educação

Centralizaremos nossa exposição nas duas escolas do MST que foram estudadas. A razão é que o exame das escolas permite-nos colocar em destaque os efeitos das ações educativas do MST no terreno da educação formal escolar, que é o que nos interessa mais de perto.

Os cursos do Instituto de Educação Josué de Castro e da Escola Construindo o Caminho formalmente integram o sistema oficial de ensino e, portanto, atendem aos dispositivos colocados pela legislação educacional vigente. Entretanto, essas escolas introduziram elementos pedagógicos diferenciados concordantes à visão educacional do MST e que são responsáveis pelo caráter *sui generis* da pedagogia adotada. Esses elementos pedagógicos dizem respeito aos conteúdos disciplinares, ao modo como as escolas são organizadas, aos processos de ensino e aprendizagem, e às funções que as escolas desempenham no Movimento.

Nas linhas seguintes procuraremos destacar os elementos pedagógicos mais importantes aportados ao ensino nas escolas estudadas. E, tentaremos demonstrar, ao mesmo tempo, que a pedagogia do MST, efetivamente, constitui-se em um acontecimento educacional especial, mas apenas na medida em que ainda são *especiais* na sociedade capitalista as escolas de orientação democrática.

O MST é um movimento do campo brasileiro e as suas escolas são, por assim dizer, enclaves educacionais no interior do seu *território*. Além disso, elas encontram-se sob a égide do Movimento que possui uma ampla estrutura orgânica. A questão do enfrentamento para com o capitalismo é a pedra angular da constituição, conservação e possível desenvolvimento das escolas de orientação democrática. No MST esse enfrentamento aparece diretamente como franca luta social. Um segundo ponto que evidenciamos diz respeito às motivações que originaram as escolas. Há uma ênfase na preparação política dos membros do Movimento e, portanto, uma preocupação com a sua reprodução. Contudo, de uma perspectiva mais ampla, observamos que o seu *busílis* é a constatação de que o ensino oficial não é democrático. Esta característica, de resto, não é apenas do ensino nacional, uma vez que constatação semelhante é feita, por exemplo, em relação ao país capitalista hegemônico o qual se vê a si próprio como o exemplo da democracia, os EUA (APPLE; BEANE, 2001, p. 24-25).

Precisamos recuperar qual é a razão de ser do MST. É uma obviedade que, muitas vezes, nos escapa do horizonte quando estamos lidando com movimentos sociais. Portanto, não é demais enfatizar que a razão de ser do Movimento, do mesmo modo que de suas ações educativas, é a de promover o bem comum dos trabalhadores rurais e o das classes trabalhadoras em geral. Ressaltamos que a busca do bem comum dos trabalhadores está longe de ser uma puerilidade perpetrada pelo bom senso. O capitalismo também se interessa pelo *bem comum* dos trabalhadores. Mas apenas na medida em que isso é útil para a combustão de sua força de trabalho nas unidades econômicas, ou para a preservação de sua hegemonia no âmbito do Estado-nação. Além do mais, a idéia de bem comum contém uma pletera de virtualidades ideológicas e políticas, pois contradita a ideologia liberal referente

ao Estado moderno que é baseada na distinção dos direitos do homem e do cidadão.

A situação objetiva dessas categorias no Movimento, com sua posição de luta e com os conflitos constantes decorrentes dos enfrentamentos com autoridades e proprietários de terra, não é totalmente consoante com a defesa dos direitos naturais e imprescritíveis que expressam no plano político e ideológico a realidade da sociedade civil, da sociedade burguesa: a igualdade, a liberdade, a segurança e a propriedade (Marx, 1969, p. 41).

A segurança, isto é, o direito de polícia, em forma de força pública ou na forma particular imediata do jagunço, representa, de fato, não a segurança do membro do MST, mas a sua insegurança ou o perigo real que o espreita¹. Com relação à propriedade privada, por ora ao menos, o MST está contra ela mais no plano ideológico. Na prática, por imposição das circunstâncias, move-se no terreno de sua exploração e, antes de repudiá-la, a transforma no seu objeto de aquisição. Porém, nesse intuito, acaba colocando em questão o propalado direito humano do livre uso da propriedade, o direito assegurado a todo cidadão de dispor de seus bens, dos frutos de seu trabalho e de sua indústria como melhor lhe aprouver, o que é mais do que suficiente para produzir enorme conflito.

As relações dessa organização com os outros dois direitos humanos fundamentais, a liberdade e a igualdade, tais quais são formulados pelo liberalismo também é conflituosa.

A liberdade no conceito burguês baseia-se na separação do homem em relação a seus semelhantes, quer dizer, na sustentação legal do seu *status* social individualista e egoísta. O MST, embora respeitando a exploração familiar individual e partindo quase sempre dela, está empenhado em promover o TA e, em suas escolas, discursa sobre cooperação. O TA, mesmo na forma mais avançada das OTAs aqui estudadas, tem seus limites e aporias. No entanto, comparando-se com a empresa capitalista, é inegável o seu sentido democrático e o seu superior patamar de socialização das relações de trabalho.

¹ -Entre 1980 e 2003 o MST contabilizou 1.671 assassinatos de trabalhadores no campo (MST, 2003).

Tampouco é pacífica a relação da ação pedagógica do MST com a igualdade. A igualdade burguesa, quando consideradas as sociedades pretéritas, constitui-se em um notável avanço, uma vez que ela teoriza e institucionaliza parcialmente a supressão das formas mais desbragadas de apropriação do trabalho alheio, como a escravidão. Entretanto, a liberdade é para o homem enquanto cidadão, em grande parte, uma abstração, e para o cidadão enquanto homem da sociedade civil, enquanto homem concreto “[...] nada mais é senão a igualdade da *liberté* [...], a saber: que todo homem se considere igual, como uma mônada presa a si mesma” (MARX, 1969, p. 43).

Portanto, em que pese a presença desses termos no MST - em manifestações da literatura ou mesmo da prática pedagógica -, parece claro que esse tipo de orientação não é o norte pedagógico dessa organização, como, também, parece evidente a dificuldade de suas práxis para mover-se no campo dessas categorias.

Entretanto, apesar do empenho dessa visão pedagógica em contraditar os valores e as categorias sociais liberais, opondo-se a elas por meio de idéias como comunidade, bem comum, cooperação, solidariedade, democracia, ou socialismo, o ensino praticado não deixa de contribuir também para a reprodução da visão do mundo expressa nos direitos do homem e do cidadão.

Como ocorre essa ambivalência e contradição? Para melhor evidenciá-la é conveniente passarmos da ideologia e da política para a economia. É principalmente sob esta última forma que parte da ideologia liberal é socializada entre os alunos do Movimento. As categorias utilizadas são de uso corrente: valor, mercadoria, concorrência, lucro, produtividade dentre outras. Esses conceitos, como é usual, são expostos sem que se estabeleça nenhuma conexão mais importante entre eles e o Estado, a política, a cidadania e os direitos do homem.

A dissociação legal da sociedade civil - por onde discorre fundamentalmente a economia -, da sociedade política é uma das contradições da sociedade capitalista, bem como o fato de que essa dissociação apareça nas representações científicas, culturais e pedagógicas. Nem por isso, como mostrou Marx (1984, p.167-169), a produção de mercadorias, uma vez alcançado certo grau de desenvolvimento, deixa de ser o fundamento material das categorias políticas burguesas.

O ensino de conceitos relativos a como melhor produzir e comercializar mercadorias, e a preparação de crianças e jovens para serem bons produtores de mercadorias faz parte da pedagogia do Movimento. Na IEJC, por meio do currículo e das atividades práticas de produção e comercialização. Na ECC, sobretudo por meio das singelas, mas premeditadas práticas mercantis propiciadas pela Cooperativa das crianças.

O ensino dessas noções econômicas não é propriamente uma opção política, mas, sobretudo, uma necessidade econômica do MST. O trabalho associado e outras formas de trabalho cooperativo suprimem aspectos importantes do sistema capitalista, mas não suprimem a propriedade privada e o mercado, ou melhor, a produção de valores de uso sobre a base dos valores de troca. Em conseqüência, embora a produção de valores de uso possa ter um papel significativo nas explorações familiares do MST, o determinante em sua *economia* é que esta funciona como produtora de mercadorias. Numa palavra, essas práticas são necessidades funcionais do modo de apropriação instaurado. Conseqüentemente, a educação engendrada, em estreita conexão com esse modo de apropriação, não poderia deixar de socializar essas categorias. É possível que o MST transmita os conceitos democráticos com o entusiasmo da paixão e da fé, e os conceitos liberais de mercado com frieza cética, o que é certamente uma das razões ideológicas pela qual ele pode reproduzir-se como um lutador social coletivo. Entretanto, isso não elimina a contradição pedagógica. De resto, essa contradição pedagógica revela uma das contradições mais básicas e importantes que transfixam o Movimento, isto é, enquanto produtoras, as OTAs situam-se como partes integrantes do sistema do capital, embora não propriamente do sistema capitalista. Essa dialética que se manifesta em ações visando a transformação social e, ao mesmo tempo, a necessidade de lidar com os materiais da realidade existente, não é apenas atributo do MST, mas se encontra, também, observadas as diferenças, em outras escolas de orientação democrática (APPLE; BEANE, 2001, p. 31).

As disciplinas ministradas nas escolas do MST são as usuais para os cursos do mesmo gênero e que caracterizam a cultura, a tecnologia e a ciência contemporâneas. Contudo, um enfoque de classe, nomeadamente a dos trabalhadores do campo, contrapõe-se ao universalismo abstrato dominante na

escola oficial. Encontramo-nos aqui no terreno do currículo escolar e da necessidade que o MST tem de (re)funcionalizar os conteúdos desses currículos e, tanto quanto possível, adaptá-los à sua realidade.

Uma das mudanças educacionais mais importantes operadas pelo MST é o modo de organização e funcionamento da escola. Um sistema de poder baseado em democracia direta ou gestão democrática, nas palavras do MST, - partilhado por alunos, professores, funcionários e pessoas da comunidade em condições de igualdade inusitada na ordem social - substitui a variante da *burocracia* que domina a escola pública, ou o despotismo imediato da personificação do capital na escola privada. Este acontecimento está bem configurado no IEJC. Na ECC é menos nítido, mas a orientação nessa direção é evidente.

Nas escolas do MST não encontramos apenas a participação dos alunos, professores e funcionários, que na abordagem liberal é sempre uma condição facultativa. O governo escolar constitui-se em uma tarefa pedagógica obrigatória, um direito e, ao mesmo tempo, um dever. A gestão da escola é considerada um dos trabalhos mais importantes; é necessário realizá-lo, não de modo voluntarista e fortuito (participação), mas como tarefa orgânica regular. Esse fato aparece nítido tanto na IEJC como na ECC.

O MST implementa em suas escolas a *união do ensino com o trabalho produtivo* e, ao mesmo tempo, está criando uma nova categoria que denominamos de *trabalhador-estudante*.

Em relação à proposta de união do ensino e do trabalho, é possível detectar a influência de educadores soviéticos, como Makarenko (2002) e Pistrak (2002), na implementação dessas políticas educacionais nas escolas do MST. Porém, o fator mais importante dessa política decorre de seu projeto visionário de transformação social no qual um dos pontos centrais é a expansão do trabalho associado.

A união do ensino com o trabalho produtivo nas escolas do MST ocorre de várias formas. No IEJC, por exemplo, o elemento mais visível desse fenômeno é a chamada pedagogia da alternância pela qual os alunos passam um período no Instituto e outro trabalhando nos assentamentos ou acampamentos. Além disso, os alunos realizam trabalhos reais na escola,

como, por exemplo, na fábrica de conservas que é do IEJC. Porém, o trabalho mais importante realizado é a gestão da própria escola.

Dessa forma, a categoria estudante, típica da sociedade capitalista, é modificada dando lugar ao estudante-trabalhador. O característico do estudante-trabalhador não é o simplesmente o fato de ele ser um estudante que trabalha, mas, sim, o fato de que o trabalho e o estudo estão organicamente articulados.

O estudante do IEJC, por exemplo, já era uma pessoa integrada ao trabalho antes de ir para a escola. E, mesmo depois de integrar-se a ela, continua sendo um trabalhador, ainda que em condições especiais as quais garantem a sua permanência na escola. Em virtude do fato primário, qual seja, todo e qualquer membro do MST é um trabalhador, desde tenra idade, decorre que entre as escolas do Movimento e as suas unidades econômicas não pode haver a separação radical que se observa entre o universo empresarial e a escola oficial.

A formação da categoria de estudante-trabalhador é indissociável da união do ensino com o trabalho produtivo. A literatura a respeito desse tema geralmente enfatiza a necessidade da quebra do atual caráter abstrato dos conhecimentos escolares, meramente heurísticos para o estudante. Contudo, o aspecto mais notável no MST, referente a esse tópico, encontra-se em seu caráter democrático e na inflexão que ocorre ao ser aplicado no sentido de (des)alienar o trabalho pedagógico realizado pela escola. Além do fato de colocar a escola em maior contato com a *realidade*, como habitualmente se reivindica, as crianças e os jovens são retirados de sua condição de infantes, de simulacros de adultos, condição esta que coloca a tutela dos adultos e autoridades como imprescindível. A união do trabalho produtivo com a educação demanda uma integração plena das crianças e jovens na vida social desde a mais tenra idade e, naturalmente, esta integração deve estar presidida pela sua dimensão democrática. Deste modo, a democracia é aprendida (vivenciada) não apenas teoricamente, mas como práxis social na escola, na medida em que esta integra orgânica e democraticamente as instâncias decisivas da vida social, a produção, o assentamento e a comunidade.

Como há uma ligação orgânica entre escola e trabalho, observa-se uma outra característica fundamental que é o desaparecimento da tarefa básica que

cumpra a escola em uma sociedade capitalista: a formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho.

O IEJC não habilita a força de trabalho para compor o mercado porque, no âmbito da economia do MST, essas categorias não existem mais em sua forma típica. O trabalhador estudante, uma vez terminado o seu curso, deverá ser trabalhador associado e não força de trabalho disponível no mercado. A intersecção entre a escola e as organizações econômicas não ocorre pela mediação do mercado de trabalho, mas, sim, por meio do estabelecimento de relações diretas e orgânicas entre elas. Porém, esse fato tem sentido no âmbito da *economia* das cooperativas e do trabalho associado do MST apenas na medida em que essa economia for capaz de absorver produtivamente as pessoas formadas pelo Movimento. Mas, a nossa intenção aqui não é tanto a de mostrar a modificação efetuada nessa realidade, muito limitada naturalmente, mas a de indicar como a supressão do trabalho assalariado abre possibilidades completamente novas para o trabalho e para o estudo das pessoas.

Uma outra variável que se modifica em conexão com a supressão do mercado de trabalho é o caráter da escola como indexador da força de trabalho assalariada e de legitimação do sistema de classes.

A escola não é responsável nem pela formação de classes, nem pela sua segmentação profissional e social. As classes, bem como a segmentação profissional, realizam-se no terreno fundamental da produção e ecoam na estruturação do mercado de trabalho. Contudo, a escola oferece ao mundo do trabalho, além de critérios objetivos quanto à estratificação das habilidades profissionais, um pesado manto de legitimação, pois, à superfície da vida em sociedade, tudo se passa como se as oportunidades profissionais e sociais de cada um decorressem não do tipo de organização da produção, mas dos talentos e das habilidades adquiridas com a educação. Esta legitimação é propiciada pela vigência das ideologias *meritocrática* e *tecnocrática*, amplamente difundidas e profundamente arraigadas, sobretudo, nas chamadas *classes médias*. Ora, com a alteração do modo de apropriação do excedente, as segmentações mais protuberantes do mundo do trabalho são suprimidas, e o estabelecimento de políticas igualitárias, ou ao menos de muito maior equidade, são possíveis. Com isso, as funções de indexação profissional e de

legitimação do sistema de classes exercidas pelo sistema escolar perdem parte de seu sentido nas escolas do Movimento.

Por fim, não podemos esquecer de um tema o qual, por ser quase uma dimensão *natural* na postura educacional do Movimento, não foi mencionado no decorrer deste trabalho, mas que é uma posição política e educacional de primeira grandeza por suas conotações sociais inclusivas, qual seja, o MST é partidário incondicional da escola pública, gratuita e democrática. Pode parecer um truísmo dar ênfase a essa tese nos dias de hoje. Porém, é justamente nos dias de hoje que nos deparamos com um dos acontecimentos mais surpreendentes, isto é, a ausência de um posicionamento político intransigente e militante das forças populares e de suas organizações em prol da escola pública em todos os níveis de ensino.

Em suma, na mais radical das formas de cooperação experimentadas, até o presente, de alcance ainda restrito, encontra-se a cooperativa de produção de trabalho associado e de autogoverno democrático dos trabalhadores. Nesse tipo de cooperativa reaparece, como um princípio de organização, a categoria de gestão democrática. A premissa para o funcionamento da gestão democrática é a instauração de um modo de apropriação do excedente econômico que descarta a exploração econômica e a subordinação política dos trabalhadores, pilares típicos do capitalismo. Portanto, esse tipo de organização abre espaço para a vigência de formas igualitárias de produção e de distribuição, bem como para o autogoverno dos trabalhadores.

Esclarecemos, pois, a conexão existente entre a pedagogia escolar e a prática política e econômica do MST. A gestão pedagógica, uma categoria central, é a reedição escolar da gestão democrática nas organizações políticas e, em parte, nas organizações econômicas de base do Movimento. A categoria de gestão democrática, na medida em que expressa o controle da vida escolar pelos sujeitos imediatos da ação educativa, é demonstrativa das origens da educação de classe desenvolvida no IEJC e na ECC. A liquidação do trabalho assalariado, assim como sua substituição pelo trabalho associado, assinala a razão pela qual desaparecem o mercado de trabalho e a função da escola como habilitadora da força de trabalho assalariado. A formação de organizações econômicas cujo objetivo e função primordiais são a reprodução

da comunidade de trabalho rompe com o economicismo, o que possibilita a articulação das cooperativas com as escolas e a conjugação do ensino com o trabalho real.

Do nosso ponto de vista, a união do ensino com o trabalho produtivo e a emergência do estudante-trabalhador, ao lado da gestão democrática da escola, estão entre as inovações mais importantes introduzidas nas escolas do Movimento.

Conclusão

A cooperativa de produção de trabalho associado representa, hoje, no MST a fronteira mais avançada de organização econômica e, num certo sentido, também política. Essa fronteira não reflete as diversas e contraditórias realidades que compõem o universo do Movimento, mas exprime uma tendência programática ou o que pode vir a converter-se numa linha real de desenvolvimento. Ou seja, a pedagogia adotada pelo IEJC não exprime a realidade multifacetada e controversa do conjunto formado pelas unidades econômicas do MST, mas exprime as características do segmento mais avançado dessa realidade, bem como o seu programa visionário.

A ECC é bastante exemplificativa do fio que liga a escola de orientação democrática ao trabalho associado de autogoverno democrático. A escola municipal encontra-se situada em terreno cedido pela Cooperunião. Podemos supor que, por encontrar-se aí localizada, a escola foi diferente desde o início. Mas, isto não corresponde aos fatos. Originariamente, era controlada inteiramente pelo poder municipal como qualquer outra de seu tipo. E levou tempo para que os membros da Cooperativa, cujos filhos constituem a ampla maioria do alunado, chegassem à conclusão de que deveriam lutar para exercer uma influência pedagógica no estabelecimento. Afinal esta movimentação foi iniciada, mas apenas depois de anos de luta, permeados por conflitos e incidentes, os membros dessa comunidade chegaram a exercer a significativa influência que têm hoje sobre o ensino nessa escola.

O que significa esta influência? Significa que os currículos e a didática foram até certo ponto transformados. Mas, antes de tudo, que as relações de produção pedagógica, as quais têm o poder como um determinante central, começaram a ser transformadas na medida em que o poder escolar real

passou em parte para as mãos dos trabalhadores e, no caso, o que é mais importante, para as mãos das crianças.

A educação do MST reflete especificidades de um movimento datado que se desenvolve no campo brasileiro. Assim sendo, ele não pode ser erigido como um *cânon* pedagógico geral para o movimento democrático. Entretanto, é certo que ele é portador de importantes lições democráticas, as quais todo movimento democrático conseqüente deveria considerar de um modo ou outro. Particularmente importante é a transfiguração pedagógica curricular realizada, sobretudo no currículo oculto, ou seja, a natureza das relações de produção pedagógica, as quais, no exemplo muito significativo da ECC, se erigem sobre o autogoverno democrático dos trabalhadores com intensa participação das crianças.

Referências Bibliográficas

- APPLE, M.; BEANE, J. (orgs.) *Escolas democráticas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 159p.
- DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. A educação do Movimento dos Sem Terra: Instituto de Educação Josué de Castro. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 25, n. 8, set./dez., p. 1379 -1404, 2004.
- MAKARENKO, A. Metodologia para a organização do processo educativo. In: LUEDEMANN, C. S. *Anton Makarenko – Vida e obra – a pedagogia na revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2002. 432 p.
- MARX, K. *A questão judaica*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969. 127 p.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Apresenta informações sobre o MST. Net. São Paulo. Disponível em <http://www.mst.org.br/html>. Acesso em 05 jul. 2005.
- PISTRAK, M. M. *Fundamentos da escola do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2002. 224 p.
- VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N. M. *Trabalho associado*. Cooperativas e empresas de autogestão. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 151 p.